

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS DOS SURDOS E O RECONHECIMENTO DA LIBRAS NO BRASIL

Myrna Salerno Monteiro

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir, a partir de uma perspectiva histórica, os movimentos sociais Surdos e dos Intérpretes da LIBRAS no Brasil, com ênfase especial para os acontecimentos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Boa parte dos cinco milhões de surdos brasileiros ainda é invisível para a sociedade, e busca mecanismos de associação a fim de diminuir o peso imposto para viabilizar a coexistência em um mundo em que todos os serviços e expressões culturais se alicerçam na fala e na audição. Como pesquisadora e militante surda, concluo apontando a necessidade de os Surdos resistirem a todo e qualquer termo inventado por ouvintes, que são, em geral, alheios aos movimentos sociais surdos para preservação e livre expressão de sua Cultura e construção de suas identidades.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos Sociais Surdos; LIBRAS; Intérpretes de LIBRAS

THE HISTORY OF DEAF MOVEMENTS AND THE ACKNOWLEDGMENT OF LIBRAS (BRAZILIAN SIGN LANGUAGE) IN BRAZIL

ABSTRACT

The present work aims to discuss, from a historical perspective, the movements of the deaf and of the LIBRAS (Brazilian Sign Language) interpreters in Brazil, with a special focus on the developments in São Paulo and Rio de Janeiro. Many of the five million Brazilian deaf people are still invisible to our society, as they search for association mechanisms in order to diminish the weight imposed on them by the coexistence in a world where every service and cultural expression depends on speaking and hearing skills. As a researcher and deaf activist, I point out the need for deaf people to resist each and every term invented by the hearing, who are generally unaware of the deaf social movements for the preservation and free expression of deaf culture, and for the construction of a deaf identity.

KEY WORDS

Deaf Social Movements; LIBRAS; LIBRAS interpreter

INTRODUÇÃO

A tarefa de escrever sobre a história dos movimentos dos Surdos e dos intérpretes de LIBRAS de um lado, e o reconhecimento da LIBRAS (Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002), de outro, é muito difícil e complexa.

Essa tarefa deve refletir um pouco da sociedade brasileira como um todo e como os movimentos sociais e políticos emergiram das organizações dos Surdos. Em igual complexidade, destacamos os movimentos dos intérpretes de LIBRAS, paralelamente ao movimento dos Surdos, em prol do reconhecimento da LIBRAS.

Para começar, acredito que devemos mencionar alguns dados estatísticos para que possamos ter uma visão mais clara do tamanho da população surda no Brasil. Um dos órgãos oficiais que elaboram o censo demográfico é o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e este órgão ainda não conseguiu informar, por uma série de dificuldades, o número real de surdos brasileiros. Uma das dificuldades para especificar este número é porque a pesquisa solicita o nº geral de *“pessoas portadoras de deficiências”*.

Apesar dessas dificuldades, dados recentes do IBGE apontam que o número total de Surdos brasileiros é de 5,7 milhões (surdos profundos e deficientes auditivos). Os números também apontam que somente no estado de São Paulo há 480.000 e que na capital este nº é de 150.000 Surdos e Deficientes Auditivos.

Diante deste quadro gigantesco de pessoas surdas, era de se esperar que, de uma forma ou de outra, houvesse um movimento social e político para o resgate dos Surdos da marginalização lingüístico-educacional.

O presente trabalho fará algumas reflexões do ponto de vista histórico dos movimentos dos Surdos e dos Intérpretes da LIBRAS no Brasil e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil, com ênfase especial para os acontecimentos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Há pessoas surdas em toda a parte do Brasil. Porém, muitos surdos são invisíveis à Sociedade, vivendo isoladamente:

- a) Nos Lugares Comuns (praças, bares, cinemas, clubes, etc.)
- b) Nas Associações de Surdos
- c) Nas Escolas e Universidades
- d) Nas Clínicas
- e) Nas Igrejas

HISTÓRICO

Em décadas passadas, existiam famílias ouvintes que “*escondiam*” os filhos surdos pela “*vergonha*” de ter concebido uma criança fora dos padrões considerados normais; e por isso os surdos quase não saíam de casa ou sempre ficavam acompanhados dos pais.

A comunicação dos pais com os filhos surdos era muito complexa, pois esses não sabiam a Língua de Sinais e também não a aceitavam; achavam que era “*feio*” fazer “*gesto*” ou “*mímica*” (não Língua de Sinais) como forma de comunicação com sua criança e, conseqüentemente, não aceitavam a língua de sinais como a primeira língua dos surdos.

Os filhos Surdos, por sua vez, sentiam-se “*isolados*” e sem comunicação alguma. Deste modo, muitas vezes criavam “*complexos*” e/ou ficavam “*nervosos*”.

Por muitos anos, os próprios surdos não compreenderam a importância da comunicação através da Língua de Sinais para o processo de construção de sua Identidade Cultural, bem como para o desenvolvimento de sua cognição e linguagem. Conseqüentemente, o bloqueio no desenvolvimento da Língua de Sinais causou problemas sociais, emocionais e intelectuais na aquisição da linguagem nos surdos.

Além disso, esses indivíduos também não conseguiam alcançar suas metas e seus objetivos devido ao preconceito e a marginalização existente na Sociedade, em relação à Língua de Sinais e à construção da Identidade e Cultura Surda Brasileira. A sociedade ignorava as comunidades surdas brasileiras que eram “*isoladas*” e “*discriminadas*”.

Ultimamente, observa-se um processo de mudança significativa do olhar da sociedade em relação à questão do Surdo, sua língua e cultura. Entretanto, esse é ainda um processo muito lento dentro das políticas educacionais da sociedade brasileira. Há poucos anos atrás a Língua de Sinais Brasileira era ainda vista como “*tabu*”, pois não havia sido atribuída a língua de sinais o status de língua. Essa era apenas considerada como “*Linguagem*” e não “*Língua*”.

Hoje, as Associações de Surdos estão vivendo um momento de “*crise*” na sociedade, onde ainda lutam para garantir os direitos dos Surdos já previstos nas leis, mas os resultados dessa luta ainda não são suficientemente fortes para promover mudanças favoráveis em suas vidas.

Neste sentido, vale ressaltar a importância do trabalho de preservação das associações de surdos que são seu maior tesouro, pois foram essas as principais responsáveis pela resistência e a sobrevivência da Língua de Sinais. Graças a elas, os Surdos usuários da Língua de Sinais

continuam garantindo o uso da língua de sinais em sua forma natural e pura. A “*preservação*” da Língua de Sinais e da Identidade Cultural Surda são condições necessárias para a garantia da auto-estima e para a manutenção da energia pela luta por direitos em uma sociedade preconceituosa e excludente. Por isso, os surdos brasileiros não param de lutar pela divulgação do status de língua finalmente reconhecido para a Língua de Sinais e pelos seus direitos e metas.

Hoje, com a *LEI da LIBRAS* (refiro-me, aqui, à lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002) e o decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 que a regulamenta, os surdos já podem proclamar uma grande vitória. Entretanto, esses ainda continuam preocupados com o processo dos movimentos sociais e políticos Surdos promovidos pelas associações de Surdos dentro na sociedade brasileira, já que na lei, não há nem um item que estabeleça normas e regras de funcionamento que regularizem e valorizem as associações de Surdos. Assim, a luta continuará até que sejam alcançados e cumpridos todos os seus direitos previstos na lei.

Mesmo com a regulamentação da lei que estabelece os direitos dos Surdos, ainda existe muita *disputa e polêmica* entre *as pessoas ouvintes e as pessoas Surdas na sociedade com relação ao mercado profissional*. Também ainda há muito caminho a ser percorrido até que os Surdos consigam o direito de ter profissionais capacitados entre os professores Surdos e professores ouvintes e entre os intérpretes de LIBRAS, que possam garantir-lhes o acesso pleno aos conhecimentos socialmente compartilhados. Além disso, sabe-se que a discussão sobre inclusão nas *escolas inclusivas e nas universidades e um tópico ainda a ser bastante explorado*.

Assim, podemos concluir que os surdos brasileiros ainda não viram definidos algo que promova “*mudanças favoráveis*” *significativas* para suas vidas no que se refere a “*preservação das associações de surdos e da identidade cultural dos mesmos*”, em relação à qualidade dos intérpretes de LIBRAS e dos professores ouvintes que trabalham para os Surdos e à falha na formação dos professores Surdos e professores ouvintes que atuam nas escolas inclusivas e universidades.

HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS DOS SURDOS NAS ESCOLAS

O Rio de Janeiro, provavelmente devido à existência do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e pelo fato de ter sido a *capital do país* durante muitos anos,

conta com uma comunidade surda mais ou menos articulada politicamente, o que lhes tem garantido alguns privilégios em comparação com os surdos de outras cidades.

Em 1856, chegou ao Brasil o *professor Ernest Huet*, surdo francês que trouxe o alfabeto manual francês e alguns sinais para o Brasil. Os surdos brasileiros, que deviam usar algum sistema de sinais próprio, em contato com a *Língua de Sinais Francesa (LSF)*, produziram a *Língua de Sinais Brasileira*. No ano seguinte, no dia 26 de setembro de 1857, foi fundado o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, e denominado o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Antigamente, os surdos vindo de outras cidades do Brasil, dormiam na escola que era um internato, ou seja, um pensionato para os surdos.

O papel dos surdos que viviam no INES – e que se desenvolviam por meio da comunicação da Língua de Sinais Francesa e da Língua de Sinais Brasileira antiga - foi importante, pois de lá partiram os líderes Surdos que vêm divulgando durante muitos anos a Língua de Sinais em todo o país.

Em 1873, foi feita a iconografia dos sinais, lançado pelo diretor do Instituto dos Surdos-Mudos, de autoria do aluno surdo Flausino José de Gama.

Em 1881, a história narra o fato de Língua de Sinais ter sido proibida no INES e em todo o Brasil. Como consequência dessa proibição, em 1895, teve o declínio do número de professores Surdos (22%) nas escolas para Surdos e aumentaram os professores ouvintes.

Atualmente os surdos continuam estudando no INES, porém, com outra realidade, que não é mais internato. Hoje o ensino se dá em três períodos: manhã, tarde e noite. Além disso, recentemente, foi aberto um curso superior no INES, com oferta na área de pedagogia e que prevê a inclusão de alunos ouvintes, misturados aos alunos Surdos. Agora em 2006 estão abertas as vagas para inscrições para o curso de Letras.

Então eu pergunto: de que adianta abrir essa faculdade para surdos se vão incluir os alunos ouvintes? Porque já há cursos de pedagogia em universidades no Brasil organizadas por e para ouvintes. Então para que incluir alunos ouvintes no INES?

Outra escola, que foi importante na história dos Surdos, é o Instituto Santa Terezinha em São Paulo; fundado em 1925, dedicado à educação de moças surdas, sendo que algumas se tornavam freiras. As surdas se comunicavam somente fora das salas de aulas. Também sofreu a influência da Língua de Sinais Francesa (LSF), porque os educadores eram religiosos franceses católicos, além da influência do “oralismo”.

Atualmente, o Instituto Santa Terezinha está num momento muito difícil o que deixou muito triste a Comunidade Surda. Ali, as turmas de surdos, do 2º grau, foram fechadas e os alunos transferidos para as escolas inclusivas.

Não somente essas duas, mas outras escolas para surdos vêm sendo fechadas.

HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SURDOS

Os ex-estudantes do Grêmio do INES no Rio de Janeiro organizavam várias modalidades esportivas e competiam com várias escolas ouvintes. Essa foi a primeira Associação Brasileira de Surdos-Mudos, fundada em 1930 com um pequeno número de surdos, ex-estudantes no INES, hoje desativada e que não possuía estatuto.

Uma associação foi fundada no dia 16 de maio de 1953 com a ajuda de uma professora de Surdos, Dona Ivete Vasconcelos. Era composta por um grupo de Surdos da Congregação de Surdos do Rio de Janeiro (Alvorada). Dona Ivete emprestava a sala do pátio de seu prédio para as reuniões com o presidente da associação - Vicente Burnier. Este foi substituído pelo novo presidente Alymar Antunes Bousquat, que juntou essa fundação com os ex-estudantes do INES para desenvolver as competições esportivas e lazer.

Os ex-estudantes voltavam para suas cidades de origem de cada Estado do Brasil e assim surgiu a segunda Associação de Surdos-Mudos de São Paulo, fundada no dia 19 de março de 1954. Em 1956, foi fundado a terceira Associação de Surdos de Belo Horizonte em Minas Gerais.

Hoje existe no Brasil uma Confederação, oito Federações e noventa e cinco Associações de Surdos espalhadas pelos estados, porém, algumas já fecharam devido à precariedade da situação financeira. Outras associações vivem no momento em crise e dificuldades para conseguir verbas que permitam o atendimento aos sócios dessas comunidades surdas e sua participação em atividades de esportes, lazer. Essas competições esportivas, festas comemorativas e outras atividades lazer permitem aos surdos usuários da Língua de Sinais a possibilidade de encontros freqüentes nas associações de Surdos. Esses encontros acabam contribuindo para a preservação da Língua de Sinais da Identidade Cultural Surda e conseqüentemente para o fortalecimento da luta pelos direitos dos Surdos.

A Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), fundada no dia 16 de maio de 1987, e a Confederação Brasileira de Surdos (CBS), fundada em 2004, possuem uma representatividade mais ampla. São organizações filantrópicas sem fins

lucrativos que desenvolvem atividades políticas e educacionais, lutando pelos direitos culturais, lingüísticos, educacionais e sociais dos surdos do Brasil. São entidades preocupadas com a integração entre os surdos.

OS MOVIMENTOS DOS SURDOS A PARTIR DE 1990

Em 1993, a Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ) através do grupo de pesquisa “Estudo da LIBRAS, Aquisição da Linguagem e Aplicação à Educação de Surdos”, coordenado pela professora Lucinda Ferreira, organizou o *II Congresso Latino Americano de Bilingüismo (Língua de Sinais / Língua Oral) para Surdos*, no período de 12 a 17 de setembro de 1993, no local Hotel Copa D’Or no Rio de Janeiro. Houve, durante o congresso, um mini-curso com o professor *Sueco Mats Jonsson* sobre a metodologia de ensino de Língua de Sinais Sueca. Anterior a esse congresso, ocorreu no período de 17 de agosto a 10 de setembro de 1993, um outro mini-curso ministrado pelo professor Ken (surdo americano) e pela professora e intérprete Cherry (ouvinte). Durante uma semana foram abordados temas sobre a metodologia de ensino da American Sign Language (ASL) para os surdos brasileiros e sobre a interpretação da ASL para os intérpretes brasileiros.

Em 1999, a Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em conjunto com o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos e em parceria com a FENEIS do Rio Grande do Sul organizou o *V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngüe para Surdos, de 21 a 24 de abril de 1999. Entretanto, antes desse congresso, vários grupos de trabalhos de pessoas surdas se uniram no Pré-Congresso ao V Congresso de Educação Bilíngüe para Surdos, de 20 a 21 de abril de 1999, para a discussão das propostas para a formação do professor Surdo e da formação do intérprete de LIBRAS.*

A primeira Conferencia dos Direitos e Cidadania dos Surdos do Estado de São Paulo (CONDISUR) foi realizada no dia 21 de abril de 2001 e apresentou propostas na conquista de seus direitos e exercício pleno da cidadania relacionado à educação, cultura, família, saúde, esportes, direitos e deveres, trabalho, Língua de Sinais, comunicação, associações e movimento do surdo.

Movimentos importantes ocorrem na data em que se comemora o “*dia do Surdo*”. De fato, as comunidades surdas estabeleceram o dia 26 de setembro como uma forma de ser lembrada, anualmente, a história dos surdos. Nesse dia, nas escolas fazem teatro, dança e palestras. As pessoas assistem por prazer e vêem que os surdos existem e são capazes de produzir cultura.

No dia 26 de setembro também ocorrem passeatas, igualmente importantes, porém, somente alguns Estados se realizam passeatas, porque existem surdos que não têm interesse em se envolver com as lutas políticas de seus pares.

Na minha opinião, hoje os movimentos dos Surdos são fracos, muito lentos e difíceis, pois alguns surdos querem continuar sendo “*submissos*” aos ouvintes, portanto, se eles fossem capacitados e fortes para participar, já teriam feito conquistas relevantes para todos os surdos há muito tempo.

O SURGIMENTO DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA NA ÉPOCA DO BILINGÜISMO – ANO 2000:

POR QUE INCLUIR CRIANÇAS COM TODAS AS DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS REGULARES?

Para muitos, a integração escolar de alunos com deficiência é um forte estímulo ao desenvolvimento do profissionalismo do professor.

A lógica da inclusão conforme a Lei da Declaração de Salamanca constitui a essência do ideal democrático fundado na lógica da igualdade consensual.

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) ganha força de implantação no ano de 2000.

Duas de suas determinações são importantes de serem destacadas:

- a) As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, lingüísticas e outras.
- b) A escola deve incluir as crianças com deficiência e/ou superdotada, criança da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Com essa difusão nas salas de *TELE-CURSO 2000*, houve um aumento das escolas inclusivas e uma diminuição das escolas para surdos, prejudicando a comunidade surda, que está sujeita à ameaça de perder a preservação da Língua de Sinais e sua Identidade Cultural.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À EDUCAÇÃO DO SURDO – MEC/FENEIS-RJ:

Em agosto de 2001, no Programa Nacional de Apoio à Educação do Surdo, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS-RJ) em parceria com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), capacitou 80 *Surdos* no Brasil, para serem *Instrutores de LIBRAS* e desenvolveu métodos de ensino e materiais didáticos que ofereceram aos alunos Surdos uma educação de qualidade.

Em setembro de 2001, no Programa Nacional de Apoio à Educação do Surdo, a FENEIS-RJ em parceria com o MEC e com o INES - capacitou 54 *Professores/Intérpretes* no Brasil para atuarem como professores nas escolas inclusivas e desenvolveu métodos de ensino e materiais didáticos para serem utilizados com os alunos surdos.

Este plano previu, para os próximos 10 anos, a aplicação da Lei nº 10.436 (essa é a LEI da LIBRAS - que reconhece a língua brasileira de sinais como língua de uso corrente e legítimo de uma grande parcela de surdos brasileiros), a inserção de sua regulamentação nos currículos de Ensino Básico para Surdos e nas escolas inclusivas.

A Inclusão da LIBRAS nos currículos de Ensino Básico para Surdos nas escolas de Surdos foi a realização de um sonho esperado por vários anos de muita luta. Para se chegar à regulamentação da LIBRAS em nível federal, o Presidente da República sancionou a Lei da LIBRAS nº 10.436 no dia 24 de abril de 2002.

Nos dias 16 e 21 de março de 2005, houve reuniões técnicas para a consulta pública da Regulamentação da LEI da LIBRAS na Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC) com a participação de Instituições e Universidades Públicas. As propostas de contribuição para a Regulamentação da LEI LIBRAS foram enviadas e aceitas até o dia 03 de abril à Casa Civil e essas foram finalmente aprovadas através do decreto lei de nº 5626 do dia 22 de dezembro de 2005 .

Foi uma vitória difícil, mas a luta ainda não acabou. Recentemente, surgiram muitas polêmicas nas escolas inclusivas que não estão preparadas para receber os surdos, os

professores e intérpretes de LIBRAS e fazer cumprir o que está determinado pela lei. O que os Surdos temem é que, na pior das hipóteses, tudo continue como estava.

Com a Lei 10.436, as escolas de Surdos que adotaram o Bilingüismo como metodologia de ensino puderam oferecer aos seus alunos melhores condições de acesso ao conhecimento do que as escolas inclusivas. Na verdade, eu acredito que um modelo de bilingüismo que realmente dê conta da necessidade lingüística do sujeito Surdo é aquele em que se respeite a língua de sinais como língua materna do Surdo e que o ensino de língua oral seja ensinado como metodologia de segunda língua. A metodologia de ensino dessa língua na modalidade oral inclusive não deve ser obrigatória. Deve ser oferecido ao Surdo o direito de optar pelo uso da modalidade oral ou apenas da modalidade escrita dessa língua.

Então, pergunto: “Onde estão as escolas bilíngües que realmente contemplam as necessidades educacionais dos Surdos e respeitam suas diferenças” ?

Ainda não vimos nada que comprove os benefícios apregoados por aqueles que defendem um modelo de escola inclusiva e provem que a inclusão está dando resultados positivos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente apresentação teve como objetivo reunir alguns aspectos da história da comunidade surda no Brasil, incluindo fatos que construíram e ainda constroem sua trajetória de lutas pelos seus direitos políticos e educacionais.

Concluindo, foram os momentos mais difíceis até hoje. Espero que a sociedade brasileira reflita e respeite mais as opiniões próprias da Comunidade Surda. Por outro lado, a Comunidade Surda deve vencer as barreiras da “*submissão*” imposta pelos ouvintes. Além disso, é preciso resistir a todo e qualquer termo inventado por ouvintes alheios à Identidade e à Cultura Surda. Assim evitaremos transtornos futuros na vida dos surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL . Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linha de ação**. 2 ed. Brasília: CORDE, 1994.

ROCHA, S. Edição Comemorativa 140 anos. **Revista Espaço INES**. Rio de Janeiro: Editora Litera. 1997, 32 p.

RAMOS, C R. Instituto Santa Teresinha. **Revista FENEIS**. São Paulo, n. 1, p. 12, 1999.

Revista FENEIS, Rio de Janeiro, n.1. V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngüe para Surdos - Porto Alegre, 1999, página 22.

PIMENTEL, M. J. A História da Federação Paulista Desportiva de Surdos – FPDS e a Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos – CBDS. **Revista FENEIS**. São Paulo. n. 01, p. 21, 1999.

RAMOS, C R. Prêmio Tele-curso 2000. **Revista FENEIS**. Edições Legendadas. n. 02, p. 8, 1999.

ANDRADE, S. M. Federação Desportivo dos Surdos. **Revista FENEIS**. Rio de Janeiro, n. 03, p. 16, 1999.

MILITO, J. Bate papo com José Milito. **Revista FENEIS**. São Paulo, n. 04, p. 27, 1999.

FERREIRA, G. E. Políticas Públicas nas Atividades dos Movimentos Associativos de pessoas Surdas no Brasil, 1ª parte. **Revista FENEIS**. Belo Horizonte, n. 6, p. 16, 2000.

FERREIRA, G. Políticas Públicas nas Atividades dos Movimentos Associativos de pessoas Surdas no Brasil, 2ª parte. **Revista FENEIS**. Belo Horizonte, n. 07, p. 29, 2000.

FÁVERO, G. A.; ZACARO, H. I. S; PIMENTEL JR, M. J. I Conferência dos Direitos e Cidadania dos Surdos do Estado de São Paulo (Condicisur). **Revista FENEIS**. São Paulo, n. 11, p. 8, 2001.

FELIPE, T. A. Ano do Reconhecimento do Instrutor Surdos: CORDE e MEC juntos com a FENEIS em torno da LIBRAS. **Revista FENEIS**. Rio de Janeiro, n. 12, p. 07 – 09, 2001.

BRAGAZZI, D. O Brasil comemora o dia do surdo. **Revista FENEIS**. Belo Horizonte, n. 20, p. 14 –15, 2003.

MYRNA SALERNO MONTEIRO

Professora auxiliar IV na
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Especialista, em dois cursos de Lingüística: "Contribuições
de Lingüística para Problemática Linguagem e Surdez" e "
Lingüística Aplicada ao Ensino do Português".
E-mail: myro4@yahoo.com; myrnasaler@hotmail.com
